



CONTRIBUIÇÕES DO POLICIAMENTO FLUVIAL DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS PARA A PROTEÇÃO AMBIENTAL E O COMBATE A DELITOS AMBIENTAIS EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO.

Mylla Teixeira de Araújo¹, Denison Melo de Aguiar², Flávio Humberto Pascarelli Lopes³, Alzira Melo Costa⁴



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2026v12n1p700-717>

Artigo recebido em 8 de Março e publicado em 10 de Junho de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições do policiamento fluvial da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) para a proteção ambiental e o combate a delitos em Unidades de Conservação, considerando as complexidades logísticas e táticas do cenário amazônico. A metodologia fundamenta-se na abordagem qualitativa de natureza exploratória-descritiva utilizando o método dedutivo, quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica e documental, com utilização da literatura jurídica especializada e de artigos científicos de autores referência na área de segurança pública e defesa ambiental na Amazônia. Verificou-se que a eficácia da atuação policial no ambiente fluvial é potencializada pela integração de tecnologias e pela implementação de bases estratégicas. Além disso, a presença ostensiva da PMAM, quando aliada a competências adaptativas de comando e ao respeito aos preceitos constitucionais, atua não apenas como força repressiva contra o crime organizado e crimes ambientais, mas também como um mecanismo essencial de inclusão social e fortalecimento da sensação de segurança das comunidades ribeirinhas residentes em áreas protegidas.

Palavras-chave: Polícia Militar; Policiamento Fluvial; Amazonas; Unidades de Conservação; Proteção Ambiental; Amazônia.



CONTRIBUTIONS OF THE RIVER POLICING UNIT OF THE AMAZONAS MILITARY POLICE TO ENVIRONMENTAL PROTECTION AND THE FIGHT AGAINST ENVIRONMENTAL CRIMES IN CONSERVATION AREAS

ABSTRACT

This research aims to analyze the contributions of riverine policing by the Amazonas Military Police (PMAM) to environmental protection and the combat of offenses in Conservation Units, considering the logistical and tactical complexities of the Amazonian scenario. The methodology is based on a qualitative exploratory-descriptive approach using the deductive method; regarding the means, the research was bibliographic and documentary, utilizing specialized legal literature and scientific articles from reference authors in the field of public security and environmental defense in the Amazon. It was found that the effectiveness of police action in the riverine environment is enhanced by the integration of technologies and the implementation of strategic bases. Furthermore, the ostensive presence of the PMAM, when combined with adaptive command competencies and respect for constitutional precepts, acts not only as a repressive force against organized crime and environmental offenses but also as an essential mechanism for social inclusion and strengthening the sense of security for riverside communities living in protected areas.

Keywords:

Military Police; Riverine Policing; Amazonas; Conservation Units; Environmental Protection; Amazon.

Instituição Afiliada –

Polícia Militar do Amazonas – PMAM¹

Universidade do Estado do Amazonas – UEA²

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM³

Ministério Público do Trabalho – MPT⁴

Autor Correspondente: Mylla Teixeira de Araújo¹ myllaaraujoo@hotmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa está na eficácia operacional do policiamento fluvial exercido pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM) como instrumento de preservação ambiental em Unidades de Conservação. A importância desse policiamento é demonstrada pelas características geográficas da região, onde a malha hidrográfica funciona como o principal eixo de mobilidade e, conseqüentemente, de práticas ilegais.

Importante destacar que o policiamento fluvial na Amazônia é uma atividade essencial, mas que enfrenta desafios estratégicos significativos, uma vez que "a efetividade do policiamento fluvial é comprometida pela escassez de recursos financeiros e tecnológicos, dificuldades logísticas e limitada coordenação interinstitucional" (SIQUEIRA; AGUIAR, 2026, p. 1). Portanto, observar como a PMAM supera esses entraves operacionais é fundamental para compreender a proteção das áreas de conservação.

Além disso, a proteção ambiental em áreas de difícil acesso exige que a liderança e a gestão policial estejam adaptadas às vulnerabilidades sociais e geográficas locais. O combate a delitos ambientais em áreas protegidas não é apenas uma questão de patrulhamento, mas de integração de inteligência e sensibilidade regional. Nesse sentido, o comando operacional no Estado demanda competências que apresentem técnica e inovação para lidar com cenários adversos, observando que "o exercício do comando policial na região demanda competências adaptativas, equilíbrio emocional e capacidade de decisão diante de cenários adversos" (OLIVEIRA; SANTOS; AGUIAR, 2025, p. 6052). Assim, o estudo do policiamento fluvial é compreendido pela necessidade de relacionar o planejamento estratégico da PMAM às particularidades do território amazônico para garantir a integridade do patrimônio natural.

A contribuição do policiamento fluvial ostensivo encontra sua justificativa institucional na necessidade de aprimorar as estratégias da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) frente às particularidades das operações amazônicas e oferecer subsídios para a modernização dos protocolos operacionais da PMAM em áreas de conservação. A instituição enfrenta o desafio de transformar diretrizes de segurança pública em ações eficientes dentro de um ambiente fluvial complexo, onde a logística é a principal



dificuldade. O policiamento exige um planejamento que considere a insuficiência de materiais e a necessidade de coordenação, uma vez que "a efetividade do policiamento fluvial é comprometida pela escassez de recursos financeiros e tecnológicos, dificuldades logísticas e limitada coordenação interinstitucional" (SIQUEIRA; AGUIAR, 2026, p. 1).

Em referência à justificativa científica, o trabalho amplia a pesquisa sobre a gestão de segurança em regiões de alta complexidade geográfica e ambiental. O estudo da liderança e da operacionalidade policial na Amazônia contribui para a literatura de segurança pública ao compreender como fatores externos moldam a atuação do Estado. De acordo com Oliveira, Santos e Aguiar (2025, p. 6052), a produção de conhecimento nesta área é vital, pois a realização das atividades e comando policial necessitam de equilíbrio emocional, comando adaptativo e capacidade de decisão em momentos difíceis. Assim, a investigação acadêmica permite sistematizar as competências necessárias para que o policiamento fluvial cumpra seu papel de proteção ao patrimônio natural.

Socialmente, a pesquisa justifica-se no impacto direto que a presença da PMAM exerce sobre a segurança das populações ribeirinhas e a preservação dos recursos naturais. O combate aos delitos ambientais em Unidades de Conservação não protege apenas o meio ambiente, mas garante a integridade dos territórios de comunidades tradicionais, principalmente dos povos originários, vulneráveis à criminalidade organizada. Nesse sentido, a atuação policial qualificada funciona como um braço do Estado que assegura direitos fundamentais em locais de difícil acesso, minimizando os impactos sociais causados pela degradação ambiental e pela violência em áreas protegidas, conforme a perspectiva de gestão e liderança voltada ao contexto amazônico.

O objetivo geral deste artigo é descrever as contribuições e a efetividade das estratégias de policiamento fluvial da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) na proteção ambiental e na repressão a delitos em Unidades de Conservação, identificando como as particularidades geográficas e logísticas do estado moldam a atuação operacional da instituição. Os objetivos específicos são: 1. Dissertar sobre a estrutura operacional e logística do policiamento fluvial da PMAM, destacando o emprego de embarcações, bases fixas e flutuantes, e a integração tecnológica necessária para a cobertura de



grandes extensões de Unidades de Conservação na Amazônia. 2. Identificar os principais desafios estratégicos e as competências adaptativas do comando policial frente aos delitos ambientais (como desmatamento, pesca predatória e garimpo ilegal), utilizando como base os fatores sociais e geográficos que influenciam a liderança militar em cenários adversos e 3. relacionar o impacto socioambiental da presença da PMAM nas áreas de conservação, observando como a ostensividade fluvial contribui para a redução de indicadores de crimes ambientais e para o aumento da sensação de segurança das comunidades ribeirinhas residentes nessas áreas.

O problema de pesquisa pode ser definido na seguinte questão: De que maneira as estratégias de policiamento fluvial da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) contribuem para a redução de delitos ambientais em Unidades de Conservação, superando as limitações geográficas e logísticas do território amazônico? A possível hipótese pode ser a seguinte: o policiamento fluvial da PMAM exerce um papel determinante na proteção ambiental, agindo como o principal braço do Estado em áreas de difícil acesso. No entanto, sua eficácia plena é condicionada pela capacidade da Instituição Policial em integrar logística avançada (bases fluviais e lanchas rápidas) com competências adaptativas de comando.

A presença ostensiva em áreas de conservação não apenas reprime o crime imediato, mas desarticula cadeias logísticas de ilícitos ambientais, com o necessário apoio de uma gestão estratégica que reduz a escassez de recursos e potencializa a presença da tropa nos rios (SIQUEIRA; AGUIAR, 2026). Assim, a hipótese sustenta que a eficiência do policiamento está diretamente ligada à superação dos gargalos geográficos por meio da inovação tática e da presença permanente em bases integradas.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada está dividida em três aspectos: tipos de pesquisa, técnicas de pesquisa e análise de dados. Os tipos de pesquisa aplicadas neste artigo adotam uma abordagem qualitativa e exploratória-descritiva, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito (GIL, 2022), com o objetivo de compreender as contribuições sociais, jurídicas e ambientais do do policiamento fluvial da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) em áreas de proteção.



Conforme Siqueira e Aguiar (2026), o estudo de fenômenos operacionais em regiões ribeirinhas exige uma visão que ultrapasse os números, focando nos desafios estratégicos e nas adaptações institucionais da PMAM diante da complexidade geográfica.

Para a coleta de dados, foram realizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2022) e a pesquisa documental utilizará relatórios operacionais da PMAM, legislações ambientais e decretos de criação de Unidades de Conservação. Como destacam Oliveira, Santos e Aguiar (2025), o uso de documentos oficiais e fontes acadêmicas integradas permite analisar o impacto dos fatores sociais e geográficos na liderança e na execução das missões policiais, garantindo a fidedignidade das informações sobre a atuação do Estado em áreas de conservação.

Os dados coletados serão submetidos à análise de discurso, que compreende a relação entre o texto e o seu contexto de produção, revelando as ideologias e os sentidos subjacentes às práticas institucionais (ORLANDI, 2020). Essa técnica permitirá investigar como o discurso da PMAM sobre o policiamento fluvial e a proteção ambiental é construído e legitimado. Conforme a perspectiva de Aguiar (2025), a análise de discurso no campo da segurança pública é fundamental para identificar como a identidade institucional e a missão de proteção da Amazônia são articuladas, permitindo uma compreensão crítica sobre a eficácia das estratégias operacionais em cenários de conflitos socioambientais.

Somando-se a isso, foi utilizada a IA como um recurso de suporte metodológico, com o intuito de auxiliar na sistematização da pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2022), a pesquisa bibliográfica exige um levantamento exaustivo e a organização lógica do material publicado, processo este otimizado pela capacidade da IA em processar e categorizar o volume expressivo de dados sobre a atuação da PMAM em regiões isoladas. Assim, a Inteligência Artificial atuou na organização estrutural, enquanto a sensibilidade humana identificava as particularidades estratégicas presentes nos discursos sobre a proteção ambiental e a liderança policial na Amazônia. Essa integração tecnológica reflete a busca por adaptações e inovações no fazer acadêmico, alinhando-se à necessidade de modernização operacional (SIQUEIRA; AGUIAR, 2026).



A utilização do Google Acadêmico nesta pesquisa apresenta-se como um recurso tecnológico indispensável para o estudo, investigação e mapeamento da produção científica sobre a segurança pública no Amazonas. Segundo Gil (2022), a qualidade de uma pesquisa bibliográfica está intrinsecamente ligada à seletividade e à fidedignidade das fontes consultadas, e o uso dessa plataforma permitiu o acesso a artigos e teses que tratam das particularidades operacionais da PMAM. Ao facilitar a localização de estudos específicos sobre o policiamento fluvial, a ferramenta viabilizou uma fundamentação teórica robusta, garantindo que a análise de discurso aplicada ao trabalho considerasse as condições de produção e o contexto institucional de cada obra (ORLANDI, 2020).

A estrutura deste artigo está organizada sistematicamente para entender os objetivos propostos, iniciando pela compreensão da estrutura operacional e logística da PMAM, onde se discutem o emprego de embarcações, as bases fixas e flutuantes (como a Base Arpão) e o suporte de tecnologias. Em seguida, descreve os desafios estratégicos e as competências adaptativas do comando, explorando como os fatores geográficos e sociais da Amazônia moldam a liderança militar e a tomada de decisão. Por fim, o trabalho relaciona o impacto socioambiental do policiamento fluvial, demonstrando como a presença da Polícia Militar nas Unidades de Conservação atua na redução de crimes ambientais e no fortalecimento da segurança e inclusão social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Estrutura Operacional e Logística do Policiamento Fluvial da Polícia Militar do Amazonas

A atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no ambiente fluvial é formada por uma complexidade geográfica, onde os rios atuam como as principais vias de mobilidade e, simultaneamente, como corredores para ilícitos transnacionais. Conforme destacam Siqueira e Aguiar (2026), o patrulhamento fluvial constitui a espinha dorsal da segurança pública nas regiões ribeirinhas, exigindo uma logística adaptada para suportar operações de longa duração em áreas isoladas. Essa logística não se resume ao simples transporte, mas à manutenção da capacidade de presença do Estado onde o acesso é restrito, pois os fatores geográficos impõem a necessidade de uma estrutura que combine mobilidade tática com sustentabilidade operacional, garantindo



que a tropa atue com eficiência na proteção das Unidades de Conservação (OLIVEIRA; SANTOS; AGUIAR, 2025).

Um dos pilares fundamentais dessa estrutura é o emprego diversificado de embarcações, utilizadas para alcançar comunidades remotas e fiscalizar áreas de preservação sob constante ameaça (SIQUEIRA; AGUIAR, 2026). Além dos meios navais, a presença territorial é garantida por meio de um sistema híbrido de bases fixas e, estrategicamente, bases flutuantes que permite uma flexibilidade logística que as estruturas fixas em terra não possuem.

A Operação Base Arpão destaca-se como um modelo de sucesso nacional ao articular a presença física com a integração interagencial para sufocar as rotas do narcotráfico e da exploração ambiental predatória (GONÇALVES; POLARI, 2026). Além disso, o uso de drones ampliou significativamente o alcance visual da PMAM, permitindo a identificação de desmatamentos e acampamentos ilegais em tempo real, agindo como ferramentas de inteligência pré-operacional que subsidiam o comando em decisões precisas (NASCIMENTO et al., 2026).

Essa modernização tecnológica é acompanhada pelo Policiamento Orientado pela Inteligência (POI), que estrutura a logística para evitar o desperdício de recursos, garantindo uma eficácia operacional que depende intrinsecamente do compartilhamento de informações entre as forças. Assim, o modelo de policiamento integrado é o único caminho para enfrentar o crime organizado que opera nos rios com alta capacidade financeira (MONTEIRO; GAMA, 2025).

No centro dessa estratégia, o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) alinha a tática militar ao dever de proteção ao patrimônio natural (Silva et al., 2024), contudo, a fragilidade das políticas de fiscalização em certas hidrovias, que funcionam como eixos econômicos e criminais, exige que a PMAM reforce sua logística em pontos estratégicos de estrangulamento (GOMES; DEL FIORI; JUNIOR, 2025). Nesse cenário, a polícia militar necessita de competências adaptativas que consigam analisar e gerir as crises de problemas mecânicos e falta de recursos materiais em locais remotos.

A manutenção de comunicações seguras e estáveis é outro desafio logístico crítico solucionado pela implementação de internet via satélite nas embarcações de grande porte e bases flutuantes. Isso permite que a inteligência operacional receba



relatórios diretamente da área de operações, facilitando o controle da atividade policial (MARTINS; AGUIAR, 2025). Assim, a integração com sistemas de monitoramento em tempo real, como o uso de imagens de radar, permite que a logística de deslocamento seja cirúrgica, poupando a tropa de patrulhas infrutíferas (FREITAS et al., 2025). A proteção ao patrimônio ambiental amazonense, vista sob a ótica constitucional, impõe que a estrutura operacional seja resiliente o suficiente para desencorajar o avanço de grupos criminosos em áreas de proteção integral (SILVA et al., 2024).

A presença da Base Arpão no Rio Solimões alterou significativamente a logística do crime na região, forçando traficantes e exploradores ilegais de madeira a buscarem rotas mais perigosas e menos rentáveis (GONÇALVES et al., 2026). A inclusão social promovida por estas bases cria uma rede de inteligência comunitária, onde o ribeirinho sente-se seguro para denunciar ilícitos ambientais, fortalecendo o sistema de segurança (DE SOUZA et al., 2025). Esse impacto direto demonstra que a estrutura fixa ou móvel de grande porte é necessária para servir de anteparo ao crime transnacional, deixando de ser apenas uma via de transporte para se tornar um espaço de governança e cidadania.

As despesas operacionais de manter uma estrutura dessa magnitude são elevados devido ao "Custo Amazônia", que encarece o diesel e a manutenção especializada (GOMES; DEL FIORI; JÚNIOR, 2025). Entretanto, a eficácia do policiamento fluvial é medida não apenas pelas apreensões, mas pela prevenção de danos irreversíveis à biodiversidade das Unidades de Conservação (SIQUEIRA; AGUIAR, 2026). Além disso, a utilização técnica do policiamento especializado nas incursões fluviais, como o Batalhão Ambiental e a COE, garante que a PMAM mantenha a supremacia tática contra infratores que muitas vezes possuem armamento pesado.

Por fim, a estrutura operacional e logística do policiamento fluvial no Amazonas deve ser compreendida como um organismo em constante evolução tecnológica e doutrinária. A integração de drones, cães farejadores, inteligência artificial e bases flutuantes forma uma rede de proteção multifacetada que garante a soberania nacional e a integridade ambiental (NASCIMENTO et al., 2026; OLIVEIRA; MIYADAIRA; AGUIAR, 2025). O desenvolvimento e a operacionalidade desse modelo de segurança fluvial serve como exemplo para outras regiões do país com características ribeirinhas semelhantes.



Principais Desafios Estratégicos e as Competências Adaptativas do Comando Policial Frente aos Delitos Ambientais

A identificação dos desafios estratégicos enfrentados pelo comando da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no combate a delitos ambientais em Unidades de Conservação exige, primordialmente, uma compreensão profunda entre o terreno e a criminalidade. Conforme apontam Oliveira, Santos e Aguiar (2025), o cenário amazônico não é meramente um plano de fundo para as operações, mas um agente que impõe restrições severas às operações militares, exigindo uma visão sistêmica sobre como a geografia dita o ritmo das ações táticas.

O primeiro grande desafio estratégico reside na imensidão territorial e na porosidade das fronteiras fluviais, que facilitam a pulverização de delitos como o desmatamento e o garimpo ilegal. Siqueira e Aguiar (2026) argumentam que o comando deve equilibrar a escassez de efetivo com a necessidade de onipresença, uma equação complexa que só é resolvida por meio de uma gestão logística refinada e adaptada às calhas dos rios.

Neste contexto, a liderança operacional da PMAM enfrenta o que se denomina "isolamento tático", onde as decisões precisam ser descentralizadas devido às frequentes falhas de comunicação e à distância das bases centrais. Essa realidade demanda competências adaptativas aguçadas, pois o comandante precisa ter autonomia técnica para decidir em cenários de alta incerteza (OLIVEIRA; SANTOS; AGUIAR, 2025). No entanto, o manejo e a aplicação da lei devem considerar o princípio da dignidade da pessoa humana, desafiando o comandante a atuar não apenas como força repressiva, mas como mediador de conflitos socioambientais (AGUIAR, 2011).

Portanto, a competência adaptativa manifesta-se na capacidade de transitar entre a aplicação rigorosa da norma ambiental e a sensibilidade social necessária para não criminalizar a subsistência de comunidades tradicionais. Todavia, quando o delito evolui para o garimpo ilegal, o desafio estratégico torna-se puramente operacional, exigindo articulações interagenciais de grande porte para derrubar as finanças do crime organizado (MONTEIRO; GAMA, 2025).

A liderança militar em cenários adversos também é testada pela pressão do



tráfico transnacional, que utiliza as mesmas rotas fluviais protegidas para o escoamento de ilícitos. Assim, Benayon Júnior; Aguiar, et al. (2025) destaca que a geopolítica do tráfico no Amazonas obriga o comando a desenvolver uma "mentalidade de fronteira", onde a proteção ambiental e a segurança nacional tornam-se missões indissociáveis.

Outro desafio central é a manutenção da legitimidade da atuação policial durante abordagens em áreas remotas pois a "fundada suspeita" no policiamento fluvial exige uma fundamentação técnica e jurídica para evitar questionamentos sob a ótica dos Direitos Humanos e do controle de convencionalidade (LIMA; JESUS; AGUIAR, 2025). A gestão de recursos humanos em condições de estresse prolongado é uma competência essencial, pois o impacto dos fatores geográficos no bem-estar da tropa e na execução da abordagem exige que o comandante possua inteligência emocional para manter a legalidade em missões de longa duração (OLIVEIRA; SANTOS; AGUIAR, 2025).

A proteção ao patrimônio ambiental amazonense, sob a análise constitucional de Silva et al. (2024), impõe ao comando a responsabilidade jurídica de garantir a biodiversidade, transformando o desafio estratégico em um dever legal de preservação. Somando-se a isso, a interação com comunidades indígenas representa um desafio diplomático único, de acordo com Silva Neto, Miyadaira e Aguiar (2025) o comandante militar deve possuir competências de interculturalidade, valorizando e promovendo respeito mútuo, evitando conflitos e garantindo a proteção desses territórios.

Ressalta-se que a experiência da Base Arpão exemplifica a superação de desafios por meio da permanência no terreno, as competências adaptativas incluem ainda a resposta a desastres ambientais ou secas extremas que alteram a navegabilidade, aumentando o risco de emboscadas e acidentes operacionais (OLIVEIRA; SANTOS, AGUIAR, 2025). De acordo com Gonçalves et al. (2026) a liderança neste ambiente deve gerir uma estrutura com diversos núcleos de especialidade, exigindo competência colaborativa para coordenar esforços entre a PMAM e órgãos federais.

Dessa maneira, os desafios estratégicos da PMAM são vencidos pela união entre o rigor militar e a flexibilidade intelectual com uma liderança adaptativa, que suporta os desafios da floresta densa e das limitações do rio, utilizando a tecnologia para projetar o poder de defesa do Estado. Observa-se que o diferencial reside na formação



de comandantes que integrem competências táticas, jurídicas e humanas, garantindo a proteção das áreas de conservação com resiliência, tendo em vista que o sucesso da atividade militar reflete-se na redução direta dos delitos ambientais e na preservação da soberania do territórios que, pela distância, poderiam ser negligenciados.

Impacto Socioambiental da Presença da PMAM nas Áreas de Conservação

O impacto socioambiental da presença da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) nas Unidades de Conservação (UCs) transcende a aplicação da lei, configurando-se como elemento de estabilização do ecossistema e das relações sociais. Nesse sentido, a ostensividade fluvial atua como um inibidor direto de crimes ambientais, uma vez que a visibilidade das patrulhas desestimula a incursão de infratores em áreas de proteção integral (SIQUEIRA; AGUIAR, 2026).

Dessa forma, a redução dos indicadores de desmatamento e da exploração ilegal de recursos está intrinsecamente ligada à frequência e à regularidade do patrulhamento, pois a proteção do patrimônio ambiental, sob a égide constitucional, exige que a força pública ocupe o espaço geográfico para garantir que os ativos naturais não sejam exauridos (SILVA et al., 2024). Para as comunidades ribeirinhas residentes nessas áreas, a presença da PMAM representa a chegada do Estado em territórios historicamente negligenciados, funcionando como um suporte para o exercício da cidadania (SOUZA et al., 2025).

A sensação de segurança é um componente subjetivo, mas quantificável por meio do estreitamento dos laços entre a polícia e a comunidade, no qual a liderança policial, ao compreender os fatores sociais amazônicos, estabelece uma relação de confiança com a comunidade e motiva a realização de denúncias (OLIVEIRA; SANTOS, AGUIAR, 2025). A mitigação de delitos que ameaçam a integridade dos povos originários, a segurança de terras indígenas e a proteção florestal são fatores que permitem que a PMAM eleve seu status como instituição estratégica na geopolítica ambiental internacional.

A ostensividade nos rios, o combate às organizações criminosas e a integração tecnológica, são atividades que rompem com o isolamento dessas populações, garante a manutenção dos estoques pesqueiros para a subsistência e potencializa



monitoramento de áreas de difícil acesso, aumentando a percepção de vigilância e criando uma barreira de segurança. Segundo Freitas et al (2025), o Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) assegura que a presença física ocorra nos momentos de maior vulnerabilidade ambiental, maximizando o impacto socioambiental em áreas críticas de desmatamento.

Compreende-se da atividade da PMAM, quando observada de modo específico, uma atuação sistêmica, com diversos resultados para um fim específico. O combate do garimpo ilegal, a atuação do Batalhão de Policiamento Ambiental assumindo um caráter educativo com orientações sobre os limites da exploração sustentável, o âmbito jurídico garantindo o controle de convencionalidade e os direitos das minorias, a operacionalidade fluvial e terrestre, inclusive com emprego de cães farejadores, são atividades que atacam o crime organizado e desaguam no enfraquecimento das cadeias de delitos ambientais.

A transparência e legalidade nas abordagens fluviais, no patrulhamento ostensivo, na apreensão de ilícitos, bem como o combate ao desmatamento, consolidam a PMAM como instituição confiável perante a opinião pública. Deste modo, o impacto socioambiental torna-se um ciclo de feedback positivo, onde a segurança gera engajamento comunitário e a preservação aumenta a resiliência das populações locais (SOUZA et al., 2025). Pode-se afirmar que a Base Arpão, como unidade flutuante, serve de ponto de apoio para instituições de saúde e assistência, de modo que presença militar seja vista como um vetor de desenvolvimento regional (GONÇALVES et al., 2026).

Essa construção de atividades que reforça a segurança pública, permite que projetos de ecoturismo e manejo sustentável floresçam, com geração de renda e redução da dependência de atividades ilícitas (GALENO, 2020). Somando-se a isso, a liderança adaptativa realiza um estreitamento na relação entre a execução da lei e o acolhimento social, projetando a manutenção da paz social em regiões de fronteira.

Conclui-se que relacionar o impacto socioambiental à presença da PMAM exige uma visão que une a tática militar à responsabilidade ambiental e social. A ostensividade fluvial é o pilar que sustenta a biodiversidade amazônica e a tranquilidade das comunidades tradicionais, garantindo que o futuro da floresta seja escrito com ordem, segurança e respeito aos direitos fundamentais (AGUIAR et al., 2025).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre a atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no contexto das Unidades de Conservação revela que o policiamento fluvial não é apenas uma modalidade de patrulhamento, mas uma estratégia de soberania e preservação indispensável. Verificou-se que a estrutura logística, fundamentada no emprego de embarcações especializadas e bases flutuantes, são fundamentais para superar as barreiras geográficas impostas pela região.

Nesse sentido, observa-se que a integração tecnológica demonstrou ser o multiplicador de forças que permite à corporação monitorar vastas extensões territoriais com precisão técnica e economia de recursos, e ainda, que o sucesso das operações torna-se dependente dos investimentos nesse segmento. Sendo assim, fundamental que o comando esteja capacitado para a gestão estratégica de cenários adversos, integrando a inovação técnica à realidade humana das populações que habitam essas regiões.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a liderança militar no Amazonas atua em uma zona de interseção entre a repressão qualificada e a mediação socioambiental, de modo que os desafios estratégicos do comando exigem competências adaptativas que unem o rigor da doutrina militar à flexibilidade necessária para gerir crises em ambientes de isolamento tático e estresse geográfico. Ressalta-se que, o respeito aos direitos fundamentais e aos conhecimentos tradicionais das populações ribeirinhas é a premissa básica para a legitimidade da atuação da polícia militar em áreas remotas.

Destaca-se que além da função de proteção ambiental, a presença da PMAM nas áreas de conservação promove um aumento significativo na sensação de segurança das comunidades locais e o impacto socioambiental da ostensividade fluvial manifesta-se na redução direta de indicadores de desmatamento, garimpo ilegal e pesca predatória. Assim, o policiamento transforma o isolamento geográfico em um espaço de cidadania, onde a segurança pública serve de suporte para o desenvolvimento de atividades sociais e econômicas lícitas.

Compreende-se que a presença física nos rios funciona como um anteparo às pressões do crime organizado, impedindo que a escassez de presença do poder público



resulte em degradação ambiental irreversível. Desse modo, a atuação da PMAM revela-se como um modelo de policiamento de proximidade adaptado à realidade ribeirinha, que ao unir a fiscalização rigorosa ao acolhimento social, a corporação cumpre seu papel de guardião da biodiversidade e da dignidade humana, garantindo que as populações tradicionais sejam parceiras na conservação de seus próprios territórios.

Por fim, essa presença de policiamento ostensivo aliada à competência técnica, permite a redução sustentada dos índices criminais, tendo em vista que, a harmonia entre liderança adaptativa, inteligência orientada para o terreno e inovação logística configura a resposta adequada para a salvaguarda da soberania nacional em áreas de conservação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Denison Melo de. **Do princípio da dignidade da pessoa humana e o conhecimento tradicional associado ao manejo pesqueiro: um estudo de caso na comunidade Santo Antônio do rio Urubu, no município de Boa Vista do Ramos–Amazonas**. 2011. Disponível em: <https://ri.uea.edu.br/items/d29010c1-03ee-422a-bbb1-a642b6eea46b> Acesso em: 17 de fev. 2026

DA SILVA FREITAS, Jorge Christian et al. **Policiamento orientado pela inteligência na Polícia Militar do Amazonas**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 5977-5998, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23376> Acesso em: 14 de fev. 2026.

DA SILVA NETO, Francisco Messias Marinho; MIYADAIRA, Fernando Yukio; DE AGUIAR, Denison Melo. **Análise da juridicidade do policiamento em terras indígenas: competência constitucional da Polícia Militar do Amazonas frente ao pacto federativo**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 7131-7149, 2025.

DA SILVA, Fernando Cavalcante Martins et al. **A proteção ao patrimônio ambiental do Estado do Amazonas em uma análise constitucional**. RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 2, 2024. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/index.php/rcmos/article/view/727> Acesso em: 09 de fev. 2026.

DE ALMEIDA MONTEIRO, Tulio Diego; GAMA, Arnaldo Costa. **Policiamento fluvial integrado e cooperação em segurança pública na Amazônia: o combate ao crime organizado no estado do Amazonas**. *interference: a journal of audio culture*, v. 11, n. 2, p. 8796-8810, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/638> Acesso em: 09 de fev.



2026.

DE LIMA, Geslean; DE JESUS, Marcos Marinho Santiago; DE AGUIAR, Denison Melo. **Fundada suspeita no âmbito do policiamento ostensivo da Polícia Militar do Amazonas.** INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE, v. 11, n. 2, p. 9368-9390, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/656> Acesso em: 20 de fev. 2026

DE OLIVEIRA, Igor Philipe Soares; DOS SANTOS, Idevandro Ricardo Colares; DE AGUIAR, Denison Melo. **O impacto dos fatores sociais e geográficos da amazônia na liderança operacional da polícia militar.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 4561-4575, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23274>, Acesso em: 06 de fev. 2026.

DE OLIVEIRA, Victor Freire; MIYADAIRA, Fernando Yukio; DE AGUIAR, Denison Melo. **O papel do policiamento com cães farejadores no combate à criminalidade no Estado do Amazonas.** Periódicos Brasil. Pesquisa Científica, v. 4, n. 2, p. 1522-1540, 2025. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/546>, Acesso em: 06 de fev. 2026.

DE SOUZA, Ronan Corrêa et al. **Base arpão: o policiamento fluvial na Polícia Militar do Amazonas como mecanismo de inclusão social das comunidades ribeirinhas: Harp base-river policing in the Military Police of Amazonas as a form of social inclusion in riverside communities.** RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 2, 2025. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/1857> Acesso em: 07 de fev. 2026.

Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23520> Acesso em: 11 de fev. 2026.

GALENO, Fabiano Viana Assis et al. **Policiamento fluvial em Barreirinhas-MA: uma proposta de implantação como alternativa para o Batalhão de Policiamento Turístico-BPTUR na região dos Lençóis Maranhenses.** 2020. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/2576> Acesso em: 27 de fev. 2026

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Israel Euricles Ferreira; DEL FIORI, Diogo; JUNIOR, Edinaldo Inocência Ferreira. **Infraestrutura, economia e segurança pública no Amazonas: o papel das hidrovias na dinâmica social e criminal.** Cuadernos de Educación y Desarrollo-QUALIS A4, v. 17, n. 4, p. e8163-e8163, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/8163> Acesso em: 13 de fev. 2026.

GONÇALVES, João Gabriel Trindade et al. **Atividade de inteligência no combate a crimes ambientais no Amazonas desafios e oportunidades para a segurança pública: Intelligence activity in combating environmental crimes in the Amazon: challenges and opportunities for public security.** RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v.



1, n. 1, 2026.. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/1937> Acesso em: 06 de fev. 2026.

JÚNIOR, Valmir Gomes Benayon et al. **Geopolítica do tráfico de drogas no Amazonas**. Periódicos Brasil. Pesquisa Científica, v. 4, n. 2, p. 1400-1433, 2025. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/514> Acesso em: 20 de fev. 2026

MARTINS, Marcello Phillipe Aguiar; DE AGUIAR, Denison Melo. **Atuação policial e Direitos Humanos na Polícia Militar do Amazonas: uma proposta formativa para cadetes alinhada ao sistema interamericano**. ARACÊ, v. 7, n. 12, p. e11147-e11147, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/11147> Acesso em: 14 de fev. 2026.

NASCIMENTO, Abdramar Pereira Sousa et al. **O uso de drones pela polícia militar do Amazonas como meio de ampliar o seu alcance no policiamento nos rios e fronteiras**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 12, n. 2, p. 1-16, 2026. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/24218> Acesso em: 07 de fev. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.

SIQUEIRA, William Wamberg; DE AGUIAR, Denison Melo. **Policiamento fluvial na amazônia: desafios estratégicos e operacionais para a segurança pública em regiões ribeirinhas**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 15, n. 1, p. e2961-e2961, 2026. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2961> Acesso em: 06 de fev. 2026.